A Rede Internacional de Educação Popular: finalidades e contributos

Jim Crowther (Universidade de Edimburgo, Escócia, Reino Unido)

Tradução da Paula Guimarães

A Rede de Educação Popular (REP), da qual o autor é coordenador e um dos seus membros fundadores, foi criada em 1997. Esta é uma rede internacional que integra docentes e investigadores universitários que partilham um entendimento essencialmente socialista e radical do que é a educação popular e das razões acerca da importância do trabalho que realizam. A Rede foi estabelecida em resultado de discussões tidas entre um pequeno grupo de educadores de adultos universitários do Reino Unido e colegas da Universidade de Barcelona, em Espanha (Martin et al., 1999). Uma das finalidades da Rede é defender as margens radicais da universidade na educação de adultos, pela promoção de um sentimento de solidariedade e uma intenção comum entre académicos comprometidos politicamente. Estes académicos procuram trabalhar com grupos marginalizados das comunidades e movimentos sociais da sociedade civil, embora eles próprios vivam um isolamento cada vez mais evidente nas margens das instituições em que trabalham. Este artigo apresenta uma revisão crítica do trabalho realizado por esta Rede até à data, uma análise de como os princípios e as aspirações fundadoras foram levados a cabo na prática, tal como uma avaliação do que se pode aprender a partir desta história curta, apesar de subversiva.

Os docentes e investigadores universitários podem optar por orientar o seu trabalho no apoio a lutas populares por mais democracia, igualdade e justiça social – num tempo em que todas as exigências que pairam sobre eles próprios visam, curiosamente, o *des*comprometimento institucional da ação social e política. As universidades apresentam-se hoje simultaneamente como entidades privilegiadas e espaços contraditórios nos quais os académicos, quaisquer que sejam a pressão e os constrangimentos com os quais se confrontam, ainda gozam de um elevado grau de autonomia relativa. Talvez isto ocorra sobretudo onde menos importa: nas áreas mais marginais das atividades académicas, como, por exemplo, nos departamentos de educação de adultos e de aprendizagem ao longo da vida, onde ainda é possível efetuar uma distinção entre o *emprego* específico para o qual somos pagos e o *trabalho* (em sentido abrangente) que escolhemos realizar. Os académicos

Institut Paulo Freire de Espanya · https://www.rizoma-freireano.org/a-rede-internacional-de-educacao-popular-finalidades-e-contributos/ · Licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

politicamente comprometidos podem optar por usar essa autonomia relativa de diferentes formas.

A política da educação popular

A expressão “educação popular”, como é aqui usada, surge essencialmente como resposta à questão “de que lado estamos?”. Sem ambiguidades, a resposta recai sobre os interesses e os movimentos sociais que são progressistas, no sentido em que estão preocupados em desafiar a desigualdade, a exclusão e a discriminação, e em fazer parte de uma luta mais alargada pela democracia e pela justiça social. Tal como toda a terminologia educacional, a educação popular é tema de um leque de interpretações que competem entre si, o que reflete a variedade de tradições históricas e de contextos culturais. Por isso, este é um ponto que deve ser esclarecido.

A REP é uma rede internacional informal de docentes e investigadores universitários que organiza congressos de dois em dois anos. A filiação na rede é livre e aberta a todos aqueles que, em termos gerais, subscrevem a declaração de intenções seguinte.

Educação popular

A educação popular é popular porque se distingue da educação populista, uma vez que:

- tem raízes nos interesses reais e nas lutas das pessoas comuns;
- é abertamente crítica, em sentido político, relativamente ao *status quo*;
- está comprometida com a mudança social e com políticas progressistas.

A educação popular baseia-se numa análise objectiva das características da desigualdade, da exploração e da opressão e apoia-se numa intenção claramente política. Esta condição não se limita ao auxílio aos “desfavorecidos” ou à gestão da pobreza; está intimamente ligada à luta por uma ordem social mais justa e igualitária.

O processo da educação popular apresenta as características gerais seguintes:

- o seu programa advém da experiência concreta e dos interesses materiais de pessoas em comunidades de resistência e de luta;

- a sua pedagogia é colectiva, centrada, em primeiro lugar, na aprendizagem em grupo, o que é diferente da aprendizagem e do desenvolvimento individual;
- procura, quando possível, estabelecer uma ligação direta entre educação e ação social.

Ligando o local ao global

Embora a expressão “educação popular” esteja ligada a desenvolvimentos relativamente recentes que tiveram lugar na América Latina, ela tem uma forte relação com muitas tradições da educação de adultos radical. A educação popular procura ligar o local e o global. Em todos os contextos, decorre de formas de educação e de ação específicas e localizadas, bem como procura deliberadamente a promoção da solidariedade internacional, fazendo com que essas lutas locais se assumam como uma parte da luta internacional pela justiça e pela paz.

A intenção da Rede de Educação Popular

A curto-prazo, as finalidades da Rede são:

- permitir o encontro de docentes e investigadores universitários que possuem interesses na e comprometimento com a educação popular;
- construir ligações ativas e solidárias aos níveis nacional e internacional.

A longo-prazo, a Rede procura:

- catalisar a ação ao criar ligações entre ativistas locais, trabalhadores e académicos comprometidos do ponto de vista político;
- produzir e disponibilizar recursos educativos para a ação social e política;
- reafirmar e reanimar o papel da educação de adultos, como parte integral dos movimentos sociais progressistas.

Deve-se destacar que esta declaração de intenções procura abertamente não estar comprometida com a política partidária. A base teórica implícita é o materialismo histórico e a economia política. Esta circunstância, do nosso ponto de vista, exige uma análise do capitalismo tardio característica da Modernidade que estabelece uma ligação entre as mais importantes divisões sociais de poder em termos de classe, género e formação de “raças”. Neste sentido, a educação popular procura estar do lado de e ser solidária com identidades e interesses colectivos particulares,

bem como estar contra outros. No trabalho educativo e prático, pode ser necessário articular um rigor marcadamente da Modernidade com uma sensibilidade da pós-Modernidade, mostrando, por exemplo, como a identidade cultural se liga a uma posição estrutural. Todavia, deve sempre ser mantido o princípio de que a educação popular é essencialmente e fundamentalmente um projeto político. A este respeito, o perigo do tecnicismo – que reduz a intenção ao processo – é precisamente despolitizar a educação popular. É por isso que é essencial que a pedagogia prática da educação popular seja sistematicamente teorizada e que essa teoria esteja justificada do ponto de vista ideológico.

A educação, entendida como um processo dialéctico, contempla intenções e interesses contraditórios. Neste sentido, na acepção de Paulo Freire, a educação integra simultaneamente um potencial para a "libertação" e para a "domesticação", para a transformação e para a reprodução. Não é possível ter uma posição neutra. É verdade que a educação nunca é neutra, no sentido em que sempre reflete valores particulares e serve interesses específicos. O que distingue a educação popular é que é explícita acerca da sua intenção política e o seu comprometimento ideológico. As escolhas cruciais podem assim ser formuladas através da resposta à questão "de que lado estamos?". Encontrar um espaço para a educação de adultos com intenção social é cada vez mais difícil para indivíduos isolados nas suas instituições. Por isso, exige um comprometimento político e estratégico contra algumas das forças que influenciam o nosso trabalho.

Trabalhando dialecticamente

Se a educação é tida como um processo dialéctico, também é necessário reconhecer que os educadores comprometidos politicamente posicionam-se dialecticamente "a favor e contra" a educação. Talvez este seja particularmente e cada vez mais o caso das universidades na atualidade. Uma das consequências das tendências de desenvolvimento que temos vindo a descrever é de que não ocorrem debates intelectuais e políticos suficientes na academia – pelo menos debates que possam fazer a diferença na vida das pessoas. Uma tarefa urgente e distintiva dos educadores populares na academia é o desenvolvimento de novos argumentos e o reavivar de outros mais velhos – por exemplo, argumentos sobre temas fora de moda como igualdade e justiça. Ao permitir o encontro de indivíduos relativamente isolados *dentro* da academia, a REP proporciona um conjunto de argumentos *contra* o discurso dominante da academia.

Uma posição contraditória de docentes e investigadores universitários pode

 Licencia Creative Commons
Reconocimiento-No comercial-Compartir igual

condicionar a política de educação popular, através de diversos tipos de envolvimento social e político. Académicos politicamente comprometidos podem mostrar como diferentes ações podem ter diversos efeitos e consequências, esclarecendo sobre as bases de realização de escolhas estratégicas. Talvez uma das mais importantes contribuições da academia seja o desenvolvimento de análises teoricamente sustentadas que permitam clarificar, informar e sintetizar a ação popular – ao mesmo tempo que visibilizam alguns dos mais significativos conflitos de interesse e contradições que estão na essência do trabalho académico. Sobre este assunto, a história e a consciencialização histórica são importantes. A educação popular é fortalecida pela investigação que procura desocultar histórias de radicalismo silenciadas, reprimidas ou não tidas em consideração, e visa rearticular essas histórias com as lutas de hoje. Este aspecto também chama a atenção para certos tipos de educação e aprendizagem de adultos que sempre foram uma parte integrante dos movimentos sociais progressistas. Neste sentido, a REP é uma chamada de atenção para que os académicos politicamente comprometidos olhem para o seu trabalho no âmbito da história – e para que se vejam como agentes no quadro de processos históricos.

Na educação popular, o que conta como conhecimento e compreensão é ativamente construído no encontro criativo entre a especialidade do professor e a experiência do educando, conferindo a cada papel um tipo distintivo de autoridade. Isto é certamente o que Marx quis dizer quando afirmou que “O educador deve ele próprio ser educado”. A pedagogia é um assunto de princípio e de intenção, e não só uma mera técnica. Os métodos de ensino e de aprendizagem devem por tal ser desenvolvidos e implementados de forma a que permitam ao professor aprender e ao educando ensinar. A ideia de uma pedagogia geradora de tal conhecimento dialógico é libertadora em dois sentidos: primeiro, porque defende que o conhecimento pode promover a emancipação e o que conta como conhecimento pode ser contestado; segundo, porque sugere que modos alternativos e, por vezes, subversivos de conhecer e de agir podem ser libertadores através do ensino e de outros tipos de trabalho educativo.

Neste quadro, uma das questões cruciais é a distinção e a relação epistemológica entre o conhecimento formalizado e codificado, característico da academia e outras formas de conhecimento e de produção do mesmo – por exemplo, o conhecimento incorporado em linguagens e tradições indígenas, o conhecimento que deriva da experiência de vida e o “conhecimento vindo de baixo” de povos explorados, oprimidos e marginalizados. Alguns argumentam que um processo genuinamente

democrático e deliberativo deve basear-se num diálogo entre estes saberes – algo que é profundamente subversivo na tradicional assunção da academia sobre a sua própria legitimidade na definição do que conta como conhecimento válido.

A educação popular, como aqui se propõe, é melhor entendida como um tipo distintivo de compromisso político e como uma atitude que acompanha esse compromisso. Consequentemente, não está limitada a locais educativos específicos. Uma vez que o papel do Estado muda, novos espaços para a educação popular se revelam na relação reconfigurada entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Esta situação representa uma oportunidade para ocupar espaços criados pelas contradições e pelos resultados indesejados das políticas. Frequentemente, a educação popular intervém nestes hiatos criados entre as intenções e os resultados da política. Regista-se nestes casos a necessidade e o potencial de criação de oportunidades e espaços para a educação popular em todas as dimensões do trabalho académico: ensino, investigação, formação e consultadoria. Uma das formas que a REP encontrou para quebrar o isolamento dos académicos e atingir as finalidades que a Rede estabeleceu tem passado pela organização de congressos internacionais, que permitem garantir que a realidade virtual dos contactos através do correio electrónico se transforma na realidade concreta do encontro frente-a-frente e da discussão presencial. É na criação destes espaços que as coisas acontecem, quando pessoas que pensam da mesma forma se reúnem; neste sentido, a REP tem servido de nicho diferenciado no apoio à educação popular dentro e fora da academia.

A Rede de Educação Popular em ação

Uma característica que distingue os congressos realizados pela REP é o facto de serem eventos pouco onerosos [1](mesmo que se atribuam apoios a estudantes), que simplesmente visam cobrir as despesas, mas não gerar lucros. Uma das formas através das quais isto tem sido conseguido tem envolvido prescindir da parafernália que acompanha os congressos, que inclui pastas, canetas, livros e CD, de modo a que os custos do evento unicamente incluam as despesas inerentes à reunião e à alimentação por essa ocasião. Os organizadores locais também têm dado o seu melhor para conseguir apoio institucional. Esta prática de optar por congressos com uma pequena taxa de inscrição tornou-se em si numa atividade subversiva num contexto em que, cada vez mais, se espera que esses sejam eventos de uma larga escala e lucrativos, devido aos objectivos financeiros claros estabelecidos. Um facto relevante é a circunstância de a REP nunca ter tido um orçamento nos 15 anos de

existência.

Um outro aspecto distintivo destes congressos é o facto de não existirem atas e de as comunicações académicas não serem exigidas. Enquanto esta possibilidade ajuda a manter os custos baixos, também tem uma função pedagógica, dado que permite criar um espaço mais flexível e dialógico; os congressistas são convidados a abrir a discussão, apresentar desenvolvimentos de pesquisas e práticas, refletir sobre a sua experiência ou sobre um tema específico e trabalhar de acordo com este modo mais aberto, em vez de apresentar e defender um argumento académico num texto. Esta apresentação mais académica não está impedida, mas não é habitual – de facto, alguns académicos devem apresentar comunicações para legitimar a sua participação junto das suas instituições. Adicionalmente, encoraja-se os participantes a reunirem-se socialmente; comer e beber juntos ajuda a quebrar barreiras e a facilitar discussões de qualidade e desafiadoras. O tempo não programado de um congresso é tão importante para aqueles que participam como os tempos contemplados no programa. Em termos conceptuais, pode ser apropriado pensar na organização de um congresso como uma possibilidade de "estruturar um sentimento", nas palavras de Raymond Williams (1977). Esta cultura dos congressos também foi promovida pela natureza partilhada do comprometimento com a educação popular. Os participantes ficam a conhecer a história da Rede e a definição de educação popular aceite, que, de resto, não se pretende que seja o único entendimento possível para esta prática educativa e política. Mas esta definição ajuda a enquadrar a intenção dos congressos e, de um ponto de vista genérico, estas reuniões e as discussões que aí acontecem permitem juntar participantes simpatizantes de uma ideologia aproximada mesmo que, por vezes, os sujeitos não concordem totalmente com a definição de educação popular proposta pela Rede. O objectivo da adopção desta definição também procura evitar o costume académico de "olharmos para os nossos umbigos". Assim, em vez de gastarmos tempo a discutir o que entendemos por educação popular, mais energia pode ser despendida na discussão acerca do que se faz em seu nome.

O trabalho de manutenção da Rede e da organização dos congressos é conseguido por entre os espaços que se criam entre outros compromissos académicos. É verdade que, para algumas pessoas, os objectivos da Rede e os propósitos que ela pode servir podem diferir. Apresentar uma comunicação num congresso internacional pode, apesar de tudo, ser positivo para o *Curriculum Vitae* e a participação nestes encontros pode exigir pouco comprometimento das pessoas quando elas voltam para as suas instituições. Todavia, a Rede representa uma

oportunidade de perseguir uma interpretação explicitamente politizada e internacionalizada da educação para a cidadania. Juntar pessoas e grupos isolados que estão *dentro* da academia aumenta as possibilidades de ocorrerem iniciativas que estão cada vez mais *contra* o discurso dominante da academia.

Uma breve referência aos congressos levados a cabo até ao momento acrescenta detalhes à natureza distintiva destes eventos.

Congresso 1: Edimburgo – Comprometendo a academia

O primeiro congresso da Rede aconteceu em Edimburgo, em Junho de 2000, e contou com a participação de quarenta e seis pessoas de doze países. O congresso baseou-se explicitamente no entendimento político original de educação popular, identificado em Barcelona no ano anterior (de acordo com a declaração de intenções referida anteriormente).

O congresso incluiu as boas-vindas pelo grupo organizador, uma conferência sobre "investigar a aprendizagem em movimentos sociais", *workshops* nos quais se debateram quatro temas (conceptualizar e teorizar a educação popular; a educação popular; perspectivas históricas e contextuais; educação popular e experiência pessoal/biográfica; educação popular: desenvolvendo práticas educativas; o *ceilidh*(uma música e dança em grupo [2], popular e vigorosa); e, no final, *workshops* e uma sessão plenária sobre como manter a atividade da Rede.

Nos *workshops* foi possível debater perspectivas radicais muito diversas, desde os movimentos feminino e dos indivíduos com deficiência, as contribuições da educação popular no Brasil e na África do Sul, bem como em muitos outros locais da Europa, e discutir temas-chave, da cidadania à educação sindical, da "sistematização" à *praxis*. Nos debates, muitas vezes animados, ficou claro que, apesar da intenção social e política explícita identificada para o congresso, não havia um consenso generalizado entre os participantes, nem uma partilha alargada de agendas. Como duas participantes da África do Sul notaram,

"Nós estávamos perturbadas devido ao leque alargado de conceptualizações de educação popular que emergiram… Havia considerações sobre a "educação para a cidadania" que pareciam tratar o potencial do trabalho de incorporação de "grupos marginalizados" de acordo com a perspectiva hegemónica do capitalismo como se isso não fosse problemático, o que, de alguma forma, neutralizava o potencial que

esse trabalho de oposição ao *status quo* possui. E depois havia aqueles participantes que interpretavam o seu compromisso com a educação popular como o envolvimento em projetos de investigação – sem considerar qualquer componente social trabalho que realizavam”

(Von Kotze & Cooper, 2001, p. 22).

Um aspecto essencial neste congresso (uma tradição da REP) remeteu para o envolvimento dos congressistas com educadores de adultos locais comprometidos com o Forum de Educação Popular da Escócia [3]que organizou um *ceilidh*, um evento social agradável (e de partilha), “no qual todos nós aprendemos a dançar ao mesmo ritmo!” (Ibid., 2001, p. 23).

No final do congresso, ficou acordado que se procuraria levar a cabo uma permanente reivindicação dos princípios fundadores da Rede, mas com uma maior ligação à *praxis*, bem como se procuraria fomentar “a partilha de mais histórias, mais questões e mais tempo para trabalhar acerca de decisões morais e sobre como deveríamos agir em resposta ao desafio do que parece ser por vezes um controlo hegemónico esmagador” (Ibid., 2001, p. 23). Mais concretamente, houve um compromisso para que, em congressos posteriores, um envolvimento com pessoas que pensassem da mesma forma acontecesse e a redação de um livro baseado nos temas do congresso pudesse ser realizado (consultar Crowther et al., 2005).

Congresso 2 : Barcelona – Dentro e contra a academia

O segundo congresso da REP ocorreu em Barcelona, em Setembro de 2002, e nele participaram quarenta e nove pessoas de doze países. Mais uma vez o maior grupo de participantes era europeu, embora houvesse mais congressistas de países como o Canadá, os Estados Unidos da América, o México e a África do Sul. Este foi um congresso mais estruturado, o que provavelmente resultou de dois factores: houve uma série de reuniões preparatórias e de planeamento pelo grupo organizador e, nestes encontros, identificou-se a necessidade de se realizar um congresso mais formal (sobretudo para que os congressistas pudessem obter financiamento nas universidades nas quais trabalhavam). Por isso, os resumos das comunicações foram publicados com antecedência, as comunicações foram organizadas a partir das semelhanças que apresentavam, bem como no caso dos relatórios nacionais e regionais, mesas redondas e painéis foram agendados e providenciou-se tradução

informal (de Inglês para Castelhano e de Castelhano para Inglês).

Os temas dos seminários eram muito diversos, incluindo: diferentes estudos de caso internacionais de trabalho com os movimentos sociais; linguagem, cultura e poesia na educação popular; uma variedade de perspectivas históricas e metodológicas na educação popular; o papel da investigação na educação popular; e a análise de atividades levadas a cabo por "universidades populares". As mesas redondas e os painéis cobriram uma diversidade significativa de assuntos, desde ideologia, feminismo, investigação, globalização e migração. O congresso foi encerrado por diversos grupos de discussão que se auto-organizaram, nos quais um tema recorrente foi o dilema de trabalhar no e contra o Estado (e a universidade) e as tensões entre investigar estudos de caso específicos e pesquisar temas (macro) de âmbito mais alargado. De resto, talvez estes aspectos refletissem os problemas existenciais dos educadores que trabalhavam nas universidades, nas margens das suas instituições. Como parte desta abordagem mais sistematizada, o grupo organizador do congresso, que se encontrou no final do evento, chegou a algumas notas conclusivas. Estas incluíram a reivindicação dos valores estabelecidos para a REP a partir de um ponto de vista internacionalizado explícito; uma síntese sobre a relação entre a teoria e a prática e sobre formas de intervenção; e uma avaliação sobre como o congresso decorreu, sobretudo no que respeitou ao apelo para que houvesse mais tempo (não programado) dedicado à discussão e ao diálogo.

Na sua análise ao congresso, Jonathan Grossman, um sociólogo da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul, refletiu sobre as constantes tensões entre os participantes do congresso:

"Um congresso como este parece… constituir-se num refúgio seguro para aqueles que querem correr poucos riscos. Pode facilmente tornar-se numa zona de conforto, na qual convergimos como refugiados de ambientes frequentemente hostis de universidades que **não** [4] são progressistas"

(Grossman, 2002, p. 1).

A posição de Grossman prendia-se com o facto de pensar que os educadores universitários não deverem jogar o jogo académico, mas sim um jogo mais radical. Como afirmou,

"É algo que deve ser decidido, de que lado estamos nós – uma vez que os princípios da REP tornam claro de que lado estamos. O passo seguinte é traduzir esses princípios numa luta contra os que estão do outro lado"

(Ibid., 2002, p. 2).

Ele pretendia que nós académicos fossemos mais honestos quando refletimos sobre os nossos dilemas, ao chamar a atenção para o facto de integrarmos

"(…) instituições que **são** [5] parte do problema… O desafio é voltar ao fundamental das nossas rotinas e das nossas zonas de conforto, nas quais a integridade está a ser desafiada e, por tal, comprometida, para que as rupturas aconteçam"

(Ibid., 2002, p. 3).

Congresso 3: Braga – Desenvolvendo a *praxis*

O terceiro congresso decorreu em Braga, em Portugal, em Dezembro de 2004. Contou com a participação de trinta e duas pessoas de oito países, que eram, mais uma vez, sobretudo da Europa, mas também da Austrália, do Canadá e da África do Sul. O programa não seguiu o formato académico preferido em Barcelona, mas apresentou uma abordagem mais informal, o que foi facilitado pelo menor número de congressistas e pela crescente familiaridade dos contextos de trabalho, das ideias e das experiências que os participantes, que já tinham participado noutros congressos, demonstravam.

O programa do congresso incluiu uma sessão de boas-vindas pelo grupo organizador; uma conferência sobre educação popular e cidadania; seminários temáticos sobre "universidades e educação popular" e "artes, cultura e educação popular"; um painel sobre "vozes globais e escolhas locais" que contou com a participação de colegas portugueses, da África do Sul, da Austrália e da Escócia; vários *workshops* sobre abordagens ideológicas, metodológicas, culturais e linguísticas à educação popular; e uma sessão plenária final na qual se refletiu sobre os debates tidos e se discutiram projetos.

Os temas e os problemas abordados neste congresso foram semelhantes a outros

debatidos noutros – nas palavras de Jonathan Grossman, não houve “rupturas epistemológicas” – e curiosamente, o tema de “dentro e fora do Estado” foi retomado em resultado da visita a duas “associações populares” portuguesas e as análises de muitos participantes ao trabalho (muito apoiado pelo Estado e pela União Europeia) levado a cabo por estas entidades. Mas, globalmente, o debate foi amigável (talvez “mais confortável” nas palavras de Grossman). Isto pode ter sido devido a duas ordens de razão: primeira, porque os participantes se sentiam cercados – a eleição do Presidente Bush nos Estados Unidos da América tinha ocorrido recentemente e a solidariedade parecia estar no topo da lista das prioridades. Mas, tão importante quanto esta reeleição foi o esforço no sentido de permitir um diálogo e uma interação relativamente pouco estruturados, de alguma forma devido à avaliação de Barcelona, bem como à hospitalidade dos portugueses e à dimensão limitada do congresso. Temas e problemas centrais foram debatidos intensamente em pequenos grupos, nos *workshops* e nas sessões plenárias, enquanto um maior número de participantes do Norte aprendeu a descobrir os prazeres das refeições demoradas, uma resposta política ao capitalismo global!

Com este ambiente, não foi redigido qualquer relatório sobre o congresso. Ao invés, houve uma sessão plenária final, na qual quase todos os participantes falaram. Os temas recorrentes foram a educação popular sitiada e a necessidade de recarregar as baterias, a importância de situar o nosso trabalho numa análise histórica da educação radical e da mudança social, a necessidade de manter a solidariedade conseguida no congresso, a expansão da rede, o estabelecimento de alianças internacionais baseadas em intenções comuns e a ligação com os movimentos populares que se desenvolvem fora das universidades.

Congresso 4: Maynooth – Reafirmar o local no global

O quarto congresso ocorreu na Irlanda, no Campus de Maynooth da Universidade Nacional da Irlanda, em Abril de 2007, e foi organizado pelo Departamento de Educação de Adultos e de Educação Comunitária dessa instituição de ensino superior. Estiveram presentes quarenta e oito pessoas da Irlanda, do Reino Unido, do Canadá, de Portugal, de Espanha, da África do Sul e da Suécia.

O programa do congresso incluiu uma variedade de interações e conversas, seminários plenários, discussões em painéis, *workshops*, debates de experiências e histórias, bem como momentos de convívio. Enquanto os temas discutidos revelaram um âmbito alargado, foi inevitável que alguns assuntos dominassem os debates em alguns momentos e em diferentes contextos. O contexto irlandês

(naquele momento) traduzia uma forte expansão económica, enquanto crescia a desigualdade e era mais óbvio o silenciamento das vozes das comunidades que defendiam a mudança, no quadro de projetos e iniciativas governamentais. Reafirmar o local no âmbito de processos globalizados foi, nestas circunstâncias, uma tarefa educativa importante, sobretudo se pensarmos na crescente diversidade étnica e na necessidade de desenvolver solidariedade ao nível local e através de campanhas globais. Nestes contextos, a linguagem das preocupações locais abre-se à manipulação e à despolitização, no quadro de projetos apoiados pelo Estado, tendo os educadores populares a tarefa de deixar em aberto a possibilidade de mudança radical.

Peter Taylor, num comentário sobre o congresso, notou que

"(…) ocorreu um debate já recorrente, enquanto se avançou relativamente à necessidade de desenvolver um optimismo saudável sobre o futuro, mas também de se manter o mais possível uma atitude provocatória – desafiar o desinteressado, o conformista e o manipulador. Em síntese, precisamos de mais dinâmica na educação popular"

(Taylor, 2008, p. 7).

Congresso 5: Sevilha – Crise e resistência

O quinto congresso da REP esteve previsto para Edimburgo, mas foi cancelado devido aos problemas nos transportes causados pela erupção do vulcão na Islândia. Por isso, foi transferido para Sevilha, tendo ocorrido em Setembro de 2011, com organização do Instituto Paulo Freire de Espanha e da Universidade de Sevilha. Participaram cinquenta e oito pessoas de Espanha, de Portugal, do Reino Unido, da Irlanda, do Canadá, da Austrália, da Bélgica, da África do Sul e dos Estados Unidos da América.

Os temas da crise e da resistência ao neoliberalismo que minavam o papel e as finalidades das universidades, a desvalorização das instituições públicas, a retração da provisão pública e a precarização da vida das pessoas nas comunidades foram centrais nas discussões do congresso. O programa incluiu um misto de sessões plenárias, *workshops*, estudos de caso, visionamento de filmes, reuniões informais, um sentimento forte de camaradagem cimentado pelas dificuldades partilhadas

pelos participantes e agradáveis momentos de convívio. Houve debates nos plenários que contaram com a intervenção de ativistas locais que faziam trabalho de terreno na Andaluzia, a partilha de experiências na academia por um leque variado de conferencistas, a análise do impacto profundo do neoliberalismo nas universidades, especificamente em Portugal e na Irlanda, a discussão da relação entre educação popular e escolarização, a análise da aprendizagem nos movimentos sociais, incluindo o trabalho nos grupos de apoio a pessoas infectadas com SIDA e HIV, e o debate sobre o impacto da internacionalização e da globalização no ensino superior, entre outros assuntos.

O misto de estruturação e de informalidade que envolveu o programa serviu para reforçar a cultura de abertura, experimentação e apoio, aspectos valorizados pelos participantes. Talvez alguns dos comentários de avaliação (não-solicitados) de alguns participantes permitam perceber melhor o valor intrínseco deste congresso. Indicam-se aqui alguns desses comentários que foram enviados posteriormente aos organizadores:

“… obrigada a todos os que permitiram esta experiência estimulante e fomentadora de prazer, de apoio e encorajadora, para não dizer inspiradora…”

“… foi um grande congresso que não vou esquecer…”

“Dois dias depois de voltar ao trabalho, sinto que este congresso aconteceu num outro mundo (o que de alguma forma foi verdade); mas eu vou reter as boas recordações de compromisso, as histórias inspiradoras de resistência, as discussões fantásticas…”

“Foi uma experiência boa e calorosa, especialmente para quem participou pela primeira vez num destes congressos da REP; foi estimulante e interessante.”

“Obrigada por manterem a tradição da REP de favorecer o reencontro de velhos amigos e de envolver novos colegas num espaço francamente positivo de resistência.”

“Foi um encontro memorável e inspirador! Senti-me privilegiado por poder participar e gostei muito da atmosfera genuína do congresso.”

“Voltei cansado (da viagem), mas com mais energia (em resultado das discussões que aconteceram no congresso); uma mistura fantástica.”

Conclusão

Os académicos, tal como outros educadores, devem reconhecer que a educação é uma condição necessária, mas não suficiente, para a mudança social, económica e política. Não obstante, a educação pode ter um papel essencial – não só em providenciar recursos teóricos e práticos para a mudança. É neste sentido que um comprometimento com a *praxis* deve manter-se como um aspecto central da relação entre a educação popular e a academia. Comprometer a academia com a educação popular será sempre uma luta que deve fazer parte de muitas outras tarefas que se espera que os académicos realizem. Explorar a autonomia académica é uma forma intencional e essencial de favorecer uma relação dialéctica entre as oportunidades e os constrangimentos que existem na academia. Há sempre novos espaços que se podem abrir e novas relações que se podem estabelecer. Este processo é mais criativo e produtivo na companhia de outros, uma das razões da existência da Rede de Educação Popular.

Referências

Crowther, J., Galloway, V. & Martin, I. (2005). *Popular Education. Engaging the Academy*. Leicester: NIACE.

Grossman, J. (2002). PEN Conference 2002: com fort for refugees, or a collective opportunity to renew some self-directed challenges? A personal review. *Concept*, 12(2), 1-3.

Martin, I., Crowther, J., Galloway, V., Johnston, R. & Merrill, B. (1999). A meeting of minds. *Adults Learning*, Maio 1999, 9-12.

Taylor, P. (2008). Different paths to home: a review of the 4th International Popular Education Conference. *Concept*, 11(2), 22-23.

Von Kotze & Cooper, L. (2001). Popular Education Network Conference: engaging the academy. *Concept*, 11(1), 22-23.

Williams, R. (1977). *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.

Notas

[1] No original, eventos *low cost*(Nota da tradutora).

[2] Música e dança escocesa (N. T.).

[3] Em Inglês *Popular Education Forum for Scotland*(N. T.).

[4] Palavra em negrito no original (nota da tradutora).

[5] Palavra em negrito no original (nota da tradutora).